

Reflexões sobre a pandemia da COVID-19 e pessoas com deficiência

Reflections on the pandemic of COVID-19 and people with disabilities

Reflexiones sobre la pandemia de COVID-19 y las personas con discapacidad

Alexsandro Silva Coura¹, Isabella Joyce Silva de Almeida²

Na atual conjuntura da pandemia da *Corona Virus Disease* (COVID-19), toda população mundial está flagelada por diversas restrições sanitárias que impõem barreiras comportamentais individuais e coletivas, as quais repercutem no âmbito emocional, econômico, político, cultural, religioso, dentre outros. Sob esta ótica, é mister que a sociedade civil, a comunidade científica e as autoridades do setor saúde possam refletir que as pessoas com deficiência enfrentam barreiras adicionais, que interferem diretamente na sua saúde, englobando os aspectos biopsicossociais¹.

Ao passo que se considera três, das mais difundidas orientações em saúde durante essa pandemia, como desafiadoras para as pessoas com deficiência, a lavagem adequada das mãos, cumprimento da etiqueta respiratória e o distanciamento social^{1,2}.

¹Enfermeiro. Doutor em Enfermagem. Docente Adjunto do curso de Enfermagem da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública/UEPB e do Programa Associado de Pós-Graduação em Enfermagem UPE/UEPB (mestrado/doutorado). Líder do Grupo de Estudos em Práticas Epidemiológicas e Tecnologias em Saúde e Enfermagem (GEPETSE). Campina Grande, Paraíba, Brasil. E-mail: alexcoura@hotmail.com ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-0628-648X>

²Enfermeira. Doutoranda em Enfermagem pela Universidade de Pernambuco e Universidade Estadual da Paraíba (PAPGENF - UPE/UEPB). Docente Assistente da Universidade de Pernambuco (UPE), Campus Petrolina. Petrolina, Pernambuco, Brasil. E-mail: isabellajsa@gmail.com ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-8360-5897>



Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada.

Nessa perspectiva, relaciona-se o fato das limitações físicas e motoras, por exemplo, para lavar as mãos, tanto no acesso às pias e equipamentos de higiene, quanto na execução dessa tarefa. Essa realidade retoma a contínua necessidade de muitos em se ter um cuidador para o auxílio e/ou execução das atividades de vida diária, condições comprometidas pelo distanciamento². Assim, ao considerar que na maioria das vezes o cuidador é um parente leigo, é a unidade familiar que precisa ser considerada na elaboração dos projetos terapêuticos.

No que concerne o respeito à etiqueta respiratória, muitas pessoas com deficiência possuem constantes episódios de engasgo, déficits respiratórios, alterações musculares e sensitivas na região orofacial e/ou dificuldades relacionadas à comunicação, principalmente pela limitação na emissão da fala ou compreensão da informação emitida por um terceiro, logo essa realidade impõe impasses importantes relacionados ao cumprimento desta orientação em saúde².

Essa realidade das pessoas com deficiência no atual contexto da pandemia, torna-se uma potente forma de inserção de disparidades em saúde, o que as colocam em situações de vulnerabilidade para a contaminação^{1,2}.

Desta forma, sob a ótica da promoção de saúde e prevenção de agravos, a educação em saúde coexiste como elemento fundamental para promover tais orientações. Assim, revisitando os aspectos conceituais de informação, conhecimento e atitude, onde para mudança de atitude, visando alcançar e/ou manter a saúde, é necessário a construção sólida do conhecimento, que por sua vez necessita do acesso à informação clara, objetiva e que se adeque ao grupo a quem se destina, há barreira que se instaura no âmbito da dificuldade de executar ações de educação em saúde nesse período pandêmico³.

Em adicional, as pessoas com deficiência intelectual tendem a não compreender ou compreender parcialmente a informação. Outrossim, as pessoas com deficiência visual precisam tocar em objetos para leitura da informação, medida esta restringida na atual conjuntura. No tocante às pessoas com deficiência auditiva, o uso das máscaras tem sido um empecilho para sua comunicação e conseqüente acesso à informação^{4,5}.

Logo, é eminente a necessidade de medidas que visem mitigar essas repercussões negativas à saúde da pessoa com deficiência, frente a essa emergência mundial de saúde pública, pois esse público possui, geralmente, comorbidades crônicas que tendenciam a um agravamento nas manifestações da infecção e pior prognóstico de desfecho após contaminação pelo Coronavírus (SARS-CoV-2).

Portanto, as estratégias precisam ser pautadas no combate das desigualdades no acesso e prestação dos cuidados em saúde, salvaguardando a dignidade e direitos do público em questão⁵. Além disso, as peculiaridades do universo do cuidado à pessoa com deficiência precisam ser consideradas, mediante às medidas globais, que para ser eficazes, precisam ser adaptadas para responder contextos específicos, tendo em vista a singularidade e riqueza de demandas deste grupo.

Desta forma, os esforços requerem conhecimento da realidade em questão, para um planejamento holístico, humanizado e eficaz, o que conclama uma ótica norteada pela sensibilidade, criatividade, inovação e compromisso com a universalidade, integralidade e, sobretudo, com a equidade proposta pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

São tempos difíceis e que exigem serenidade, cientificidade e luta pela garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Vamos à luta!

REFERÊNCIAS

1. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Diretrizes para diagnóstico e tratamento da COVID-19. Brasília: Ministério da Saúde; 2020.
2. Organização Mundial da Saúde. Considerações sobre incapacidade durante o surto de COVID-19. Organização Mundial de Saúde. Acesso em: 30 de junho 2020. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/332015>
3. Santos AS, Paschoal VD. Educação em saúde e enfermagem. Barueri: Manole; 2017.

4. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência. Brasília: Ministério da Saúde; 2010.
5. Armitage R, Nellums LB. The COVID-19 response must be disability inclusive. Lancet Public Health. 2020; 5(5):e257.

Como citar: Coura AS, Almeida IJS. Reflexões sobre a pandemia da COVID-19 e pessoas com deficiência. J Health NPEPS. 2020; 5(2):16-19.